

QUESTÕES OBJETIVAS

Direito Constitucional

1) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, dentre os legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- B. O Procurador-Geral da República.
- C. O Presidente do Senado Federal.
- D. O Presidente da República.

2) De acordo com o processo legislativo estabelecido nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A. É vedada a edição de medidas provisórias sobre a organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.
- B. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa.
- C. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara ou do Senado Federal.
- D. A emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República, com o respectivo número de ordem.

3) Os agentes políticos são aqueles que ocupam os mais altos postos no âmbito dos Poderes da República, estando ligados às decisões fundamentais do Estado e possuindo grande parte de suas competências estabelecidas diretamente pela Constituição. São exemplos de agentes políticos:

- A. parlamentares, magistrados e militares.
- B. governadores, parlamentares e magistrados.
- C. prefeitos, promotores de justiça e professores da rede pública.
- D. militares, professores da rede pública e ministro de Estado.

4) Compete aos juízes federais, nos termos da Constituição, processar e julgar, **EXCETO**:

- A. A execução de carta rogatória antes do "exequatur".
- B. A disputa sobre direitos indígenas.
- C. Os crimes políticos.
- D. Os crimes contra a organização do trabalho.

Direito Civil

5) Com relação à desconsideração da personalidade jurídica na Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), assinale a alternativa **INCORRETA**.

A. O Código Civil Brasileiro adotou a chamada teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica.

B. Essa desconsideração depende de requerimento, não podendo o juízo determinar de ofício.

C. Para que ocorra essa desconsideração é exigido o abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

D. A alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica, por si só, é motivo hábil para que ocorra referida desconsideração da personalidade jurídica por caracterizar desvio de finalidade.

6) De acordo com o Código Civil, salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante:

I confissão; II documento; III testemunha; IV indícios; V perícia.

Assinale a opção **CORRETA**.

A. Apenas os itens I, II, III e V estão certos.

B. Apenas os itens I, II, IV e V estão certos.

C. Apenas os itens II, III, IV e V estão certos.

D. Todos os itens estão certos.

7) Sobre responsabilidade civil no direito brasileiro, assinale a afirmativa **CORRETA**.

A. A responsabilidade por danos causados ao menor é sempre objetiva.

B. Caso haja desproporção excessiva entre o elevado montante do dano e o baixo grau de culpa, o juiz pode reduzir a indenização equitativamente.

C. O incapaz não responde, em hipótese alguma, por danos causados a terceiros, os quais deverão ser ressarcidos por seu responsável.

D. A indenização devida por danos causados ao incapaz deve ser recolhida ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

8) Considere que determinado negócio jurídico foi realizado em condições de estado de perigo. Por consequência, é possível afirmar que esse negócio jurídico

A. é totalmente válido.

B. é nulo de pleno de direito.

C. é anulável.

D. não admite prova em contrário.

Direito Processual Civil

9) A respeito do mandado de segurança, é **CORRETO** afirmar que:

- A. por se tratar de remédio constitucional cabível em face de ato ilegal ou abusivo praticado por autoridade, a jurisprudência se consolidou no sentido de não ser possível que dirigente de pessoa jurídica ou que pessoas naturais figurem no polo passivo, devendo, em tal hipótese, ser indeferida a petição inicial.
- B. o rito especial do mandado de segurança não admite a produção de prova testemunhal, mas, em caso de relevante dúvida acerca dos fatos controvertidos, pode ser determinada a realização de perícia.
- C. a apelação interposta em face de sentença que concede a segurança é dotada apenas de efeito devolutivo, possibilitando a execução provisória do julgado de primeira instância.
- D. embora a lei preveja o mandado de segurança coletivo, os direitos individuais homogêneos não podem ser objeto de proteção do referido instrumento, que se limita aos direitos difusos e direitos coletivos em sentido estrito.

10) Em determinadas hipóteses, o Código de Processo Civil de 2015 admite que, uma vez interposto o recurso cabível pela parte, o magistrado exerça o juízo de retratação, alterando o entendimento inicialmente adotado. Assinale a alternativa que **NÃO** contém hipótese autorizadora do exercício do juízo de retratação após a interposição do recurso adequado pela parte.

- A. em todas as situações de prolação de sentença de extinção do processo sem resolução de mérito.
- B. nas ocasiões em que a sentença que julga o mérito seja desfavorável a pessoa absolutamente incapaz.
- C. nos casos em que a lei processual permite o julgamento liminar de improcedência do pedido que contraria enunciado de súmula do Superior Tribunal de Justiça.
- D. em todas as hipóteses de indeferimento da petição inicial.

11) Fernanda ajuizou, no mês de abril de 2024, ação em face da Caixa Econômica Federal - CEF, empresa pública federal, a fim de reaver valores que foram indevidamente sacados de sua conta corrente por terceiros. Na petição inicial, a autora pede que a Caixa lhe pague R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) a título de danos materiais e R\$ 7.000,00 (sete mil reais) a título de compensação por danos morais.

Sobre a citada situação hipotética e considerando as previsões legais e constitucionais, assinale a alternativa **CORRETA**:

A. caberá ao Juizado Especial Federal Cível processar e julgar a demanda de Fernanda, legalmente considerada como de menor complexidade, uma vez que o valor da causa não supera sessenta salários mínimos e que a presença de empresa pública federal como parte atrai a competência da Justiça Federal.

B. por integrar a administração pública, a Caixa Econômica Federal goza de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, nos termos do Código de Processo Civil, e a sua presença nos autos determina causa de intervenção obrigatória do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica;

C. apesar de a Caixa Econômica Federal integrar a administração pública indireta da União, a competência para processar e julgar a demanda será da Justiça Estadual, pois a CEF é pessoa jurídica de direito privado, qualificada como instituição financeira e que tem, entre suas finalidades, a obtenção de lucro, características essas que afastam a competência da Justiça Federal.

D. a competência determinada pela presença da Caixa Econômica Federal no processo é de natureza relativa, motivo pelo qual, se não alegada a incompetência do juízo em preliminar de contestação, ocorrerá o fenômeno da prorrogação da competência.

12) No que concerne aos atos processuais, é **CORRETO** afirmar que:

A. devem ser invalidados aqueles que tiverem sido realizados na forma diversa da prevista na lei, ainda que alcançada a sua finalidade essencial;

B. é obrigatório o uso da língua portuguesa, embora o documento redigido em língua estrangeira possa ser juntado aos autos se as partes declararem compreender o seu teor;

C. é vedado ao juiz e às partes fixar, ainda que de comum acordo, calendário para a sua prática.

D. são públicos, embora deva prevalecer o segredo de justiça nos feitos em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;

Direito Penal

13) Uma pessoa que nasceu e morava no Paraguai veio ao Brasil ilegalmente para realizar, junto com alguns brasileiros, um assalto a um banco. Os policiais brasileiros a prenderam durante a fuga, já na fronteira com a Argentina. De acordo com a legislação penal, considera-se praticado o crime:

- A. No país da ação efetuada, ou seja, do assalto.
- B. No país do destino após a fuga, caso haja convenção ou tratado internacional.
- C. A definição do local do crime depende da sua gravidade.
- D. Nos países onde foi efetuada a prisão, ou seja, no Brasil e na Argentina.

14) Entende-se por concurso material quando o agente:

- A. mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- B. mediante duas ou mais ações ou omissões, pratica o mesmo crime reiteradamente.
- C. mediante uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- D. mediante mais de uma ação ou omissão, prática apenas um crime.

15) Não há crime quando o agente pratica o fato:

- A. mediante mera tentativa.
- B. com imprudência, negligência ou imperícia.
- C. no exercício regular de direito.
- D. com arrependimento posterior.

16) Considerando as disposições doutrinárias, legais e jurisprudenciais acerca de concurso de pessoas, penas e extinção da punibilidade, é **CORRETO** o constante na alternativa:

- A. São espécies de penas restritivas de direitos a prestação pecuniária, interdição temporária de direitos e a prisão administrativa.
- B. Em se tratando de autoria colateral, não existe concurso de pessoas.
- C. Havendo a extinção da punibilidade de um crime de furto, se estende ela ao consequente crime de receptação da coisa subtraída em razão do princípio da indivisibilidade da ação penal.
- D. A teoria do domínio do fato permite, isoladamente, que se faça uma acusação pela prática de crimes complexos, como o de sonegação fiscal, sem a descrição da conduta.

Direito Processual Penal

17) Sobre princípios constitucionais aplicáveis ao processo penal, provas e nulidades, é **INCORRETO** dizer:

- A. Não é possível que o corréu, no mesmo processo, intervenha como assistente do Ministério Público.
- B. Independem de prova os fatos incontroversos apresentados por uma das partes e não refutados ou impugnados pela parte contrária.
- C. Nulidades relativas que ocorrerem durante a instrução criminal do processo ordinário deverão ser arguidas até a fase de alegações finais, sob pena de preclusão do tema.
- D. Ação penal iniciada por denúncia que não contenha a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, fere o princípio da ampla defesa.

18) No que diz respeito ao Inquérito Policial, previsto no Código de Processo Penal Brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- B. É vedado o sigilo no inquérito policial.
- C. O Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, mesmo que não haja necessidade de novas diligências para o oferecimento da denúncia.
- D. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

19) Acerca da ação penal pública incondicionada e da ação penal pública condicionada à representação, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A. O Ministério Público não poderá desistir da ação penal, a qualquer tempo.
- B. O Ministério Público somente pode desistir da ação penal pública condicionada à representação.
- C. O Ministério Público somente pode desistir da ação penal pública incondicionada.
- D. O Ministério Público pode desistir da ação penal até o recebimento da denúncia.

20) Sobre cautelares e restituição de coisas apreendidas marque alternativa **CORRETA**:

- A. Em regra, a busca e a apreensão prescindem de autorização judicial e não podem ocorrer no período noturno.
- B. A busca domiciliar fundamentada apenas em notícia anônima é válida em razão da descoberta de eventual situação que culmine em flagrante delito.
- C. Quando a questão demandar ampla dilação probatória, o incidente de restituição, instaurado em razão de a coisa ter sido apreendida em poder de terceiro de boa-fé, será resolvido no juízo cível.
- D. A gravidade abstrata do crime serve à fundamentação da prisão preventiva, segundo entendimento assente nos tribunais superiores.

QUESTÕES DISCURSIVAS

1) Discorra sobre os métodos de solução consensual de conflitos previstos no Código de Processo Civil e legislação complementar (máximo de 20 linhas).

2) Disserte sobre os princípios do contraditório e ampla defesa como garantia de um processo penal justo (máximo de 20 linhas).